

PODER

Gilmar Mendes: STF combateu a Lava-Jato

Para o magistrado do Supremo, atuação da força-tarefa criminalizou a política

» DENISE ROTHENBURG
Enviada especial

Paris — Se os congressistas consideram necessário reformar a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), que façam isso de forma global, discutindo, por exemplo, a proibição de militares assumirem o Ministério da Defesa e se intrometerem na seara da política, o artigo 142 da Constituição, sempre tão citado pelos bolsonaristas, o sistema de governo, as emendas parlamentares e por aí vai.

Pelo menos, essa é a opinião do decano do STF, Gilmar Mendes, exposta com todas as letras durante o Fórum Internacional Esfera 2023. E ele ainda foi além: “Supremo enfrentou a Lava-Jato. Do contrário, eles (os políticos) não estariam aqui, inclusive o presidente da República. Por isso, é preciso compreender o papel que o tribunal jogou. Se hoje temos a eleição do presidente Lula, isso se deveu ao Supremo Tribunal Federal”, afirmou Gilmar, lembrando o enfrentamento que o Supremo fez quanto à criminalização da política pela Lava-Jato.

“Não acho que os Poderes sejam insusceptíveis a reformas, mas (essa reforma) deve ser global. Sistema de governo, emendas parlamentares (...) O Ministério da Defesa mandando cartas, fazendo panfletos ao Tribunal Superior Eleitoral!? A Defesa, aliás, não deveria ser militar. Teria que ser um civil, conforme ideia do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas que acabou vacilando no processo. Há muita coisa que se pode fazer”, disse o ministro, referindo-se às cartas que o Ministério da Defesa enviou ao TSE, no ano passado, sobre a auditoria das urnas eletrônicas.

Tensão

As declarações de Gilmar Mendes foram em resposta ao que havia dito o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), minutos antes. O senador, que vem sendo pressionado a aprovar a

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Ministro Gilmar Mendes afirmou, na França, que o Supremo protegeu o regime democrático



Não acho que os poderes sejam insusceptíveis a reformas, mas (essa reforma) deve ser global. Sistema de governo, emendas parlamentares. O Ministério da Defesa mandando cartas, fazendo panfletos ao Tribunal Superior Eleitoral?”

Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal

limitação de decisões monocráticas do STF, afirmara que o Congresso avaliará o tema no momento adequado e foi incisivo ao defender as prerrogativas do Legislativo. “Não cabe ao Judiciário formatar as leis, isso é atribuição do Legislativo”, disse Pacheco. “A separação dos Poderes deve ser respeitada”, afirmou, apontando inclusive, se o STF é hoje uma corte de “acesso fácil”, como lembrou o presidente da Suprema Corte, em sua palestra na quinta-feira, o Parlamento pode limitar esse acesso, para “reservar aos ministros as decisões mais relevantes. Isso é um caminho que o Congresso pode trilhar”, afirmou. Pacheco, porém, defendeu o Judiciário ao dizer que hoje “todo mundo se arvora em ser jurista de botequim, para poder criticar as decisões do Supremo e de outras instâncias do Poder Judiciário”.

Gilmar Mendes, por sua vez, ainda causou algum desconforto em parte do empresariado presente à plateia do Fórum Internacional do Esfera Brasil, ao

mentonar que coube ao Supremo a defesa da democracia contra o que ele classificou de “impulsos antidemocráticos”. E foi incisivo ao dizer que esses “impulsos” contaram, inclusive, com o apoio da elite brasileira. “Certamente, muitos aqui defenderam concepções que, se vitoriosas, levariam à derrocada do STF”.

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, que participou do mesmo painel, lembrou a forma de balancear os embates com o Executivo em relação às obras e serviços auditados, foi o “consensualismo”, ou seja, buscar orientar de forma a corrigir erros antes que as questões virem um processo. “Não vejo crise, briga entre os Poderes. Acho que este é um momento de acomodação normal depois de um grande trauma”, afirmou o presidente da corte de contas.

***A jornalista viajou a convite da Esfera**

ESPLANADA

Kajuru quer militares fora de ministérios

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) começou a articular apoios para proibir militares da ativa de ocuparem cargos em ministérios. Ele é relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para tornar obrigatória a transferência dos membros das Forças Armadas à reserva se quiserem disputar eleições. A ideia é incluir, no projeto, a restrição de participação no alto escalão do governo.

O ponto estava previsto na versão original da proposta, mas já havia sido descartado pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), autor da PEC, que chegou a classificar a medida como ‘discriminatória’.

O governo decidiu desmembrar a discussão com o argumento de que as regras para participação no processo eleitoral atingem prerrogativas dos militares enquanto a restrição a indicações aos ministérios envolve uma atribuição do presidente.

Kajuru vai conversar com o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, antes de finalizar o relatório. A ideia é votar o texto, no máximo, até a segunda semana de novembro. “Vai ser um debate polêmico, mas estou tendo apoio da maioria”, afirma o senador.

De saída, Kajuru vai focar na restrição para o cargo de ministro, mas avalia a extensão da regra para outras funções nos

ministérios, como a de secretário-executivo.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que promoveu uma ampla militarização do governo enquanto esteve no cargo, escalou os generais Eduardo Pazuello e Luiz Eduardo Ramos como ministros da Saúde e da Secretaria de Governo, respectivamente, quando eles ainda estavam na ativa do Exército.

A PEC foi apresentada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com a justificativa de “garantir a neutralidade das Forças Armadas”. Hoje, os militares só precisam se afastar das atividades se forem eleitos, e não no ato de registro da candidatura.

Precedente

Em junho de 2021, Bolsonaro assinou um decreto que permitiu que militares pudessem integrar o governo, mesmo durante a ativa, por prazo indeterminado. A medida alterou o texto de 2017 e passou a considerar de natureza militar os cargos e funções, exercidos por militares, que compõem a estrutura regimental do Supremo Tribunal Federal (STF), do Ministério da Defesa, do Ministério de Minas e Energia, da Advocacia-Geral da União e de outros órgãos.

De acordo com o texto, deixam de ser considerados de natureza militar os postos ocupados por militares na Secretaria

Waldemir Barreto/Agência Senado - 21/10/20



Kajuru busca apoio de integrantes do governo para protocolar PEC

Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O decreto também modificou o Estatuto dos Militares ao autorizar que membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica não punisse o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, que é general da ativa, por ter participado de um ato político com o presidente, em 23 de maio passado, no Rio de Janeiro.

momento em que a Casa legislativa discutia a proposta de emenda constitucional que pretende vetar militares da ativa. A PEC veio na sequência do episódio em que Bolsonaro pressionou o Exército para que não punisse o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, que é general da ativa, por ter participado de um ato político com o presidente, em 23 de maio passado, no Rio de Janeiro.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

pacífico



O antissemitismo estrutural que emerge na guerra de Gaza

O movimento negro brasileiro consolidou o conceito de racismo estrutural e desconstruiu a tese de que o Brasil é uma democracia racial, devido à miscigenação e ao voto direto, secreto e universal, que garante a negros, mulatos e pardos — classificação agora considerada “politicamente incorreta” — os mesmos direitos políticos da “elite branca”. O racismo estrutural, porém, limita o alcance desses direitos do ponto de vista econômico, social e mesmo político, se considerarmos as estruturas de poder.

Consiste na organização da sociedade de maneira a que privilegie um grupo de certa etnia ou cor em detrimento de outro, percebido como subalterno. A exclusão e discriminações complexas mascaram o fenômeno. O racismo estrutural é uma forma de exploração e opressão, enraizada na estrutura social e nas relações institucionais, econômicas, culturais e políticas.

Uma outra forma de racismo estrutural é o antissemitismo, que tem características completamente diferentes, porque não está associado à condição econômica e social subalterna, ao contrário, mas à condição étnica, especificamente, e ao preconceito cultural. Enquanto em relação aos negros, o racismo vem dos tempos da escravidão, no início do século XVI, o nosso antissemitismo tem origem na atuação da Inquisição católica, nos tempos da Reconquista, que expulsou árabes e judeus da Península Ibérica.

Sim, árabes e judeus são semitas. Na Antiguidade, fenícios, hebreus (judeus), babilônios, arameus e outros se deslocaram da Península Arábica para a Mesopotâmia, 3 mil anos antes de Cristo. O termo semita como designação para esses povos do Oriente Médio foi cunhado pelo historiador alemão August Ludwig von Schlözer, em 1871, a partir de referências bíblicas. Apesar das diferenças religiosas e étnicas, segundo o Antigo Testamento, todos eram descendentes de um dos três filhos de Noé: Sem.

Entretanto, o termo antissemitismo é usado para designar o ódio e a aversão contra judeus por conta dos eventos históricos que resultaram na migração desses povos para vários cantos do mundo, como aconteceu com as famílias sefarditas na Espanha e Portugal. A primeira sinagoga das Américas, a Kahal Zur Israel (Rocha de Israel), foi fundada no Recife, em 1641, durante a dominação holandesa (1630-1657), pelo rabino luso-holandês Isaac Aboab da Fonseca. Com a derrota dos invasores holandeses na Batalha dos Guararapes, os judeus migraram de Pernambuco para Nova Amsterdã, atual Nova York, onde formaram a Congregação Shearith Israel, a primeira sinagoga da América do Norte.

Sionismo

O surgimento do movimento sionista no século XIX, em resposta à diáspora e à milenar perseguição aos judeus, com objetivo de reocupar a Palestina e construir um Estado-nação, apartou árabes e judeus. Sion significa Jerusalém, a cidade sagrada para os judeus, muçulmanos e cristãos, cujo lado oriental, que era administrado pela Jordânia, foi ocupado por Israel em 1967, na Guerra dos Seis Dias.

Sempre houve resistência ao sionismo entre os judeus, principalmente entre os judeus assimilados da Europa. A filósofa judia-alemã Hannah Arendt chegou a participar do movimento sionista, mas se desvinculou na década de 1940. Autora de A Condição Humana e Raízes do Totalitarismo, Arendt cunhou a expressão “banalidade do mal” para explicar o Holocausto, ao descrever o julgamento do criminoso nazista Adolf Eichmann.

Sequestrado num subúrbio de Buenos Aires por um comando israelense, em 1960, Eichmann foi levado para Jerusalém. No mais importante julgamento de um criminoso nazista depois do tribunal de Nuremberg, em vez do monstro sanguinário, surgiu um burocrata medíocre e carreirista, incapaz de refletir sobre os próprios atos ao receber uma ordem. Para Arendt, o processo desnudou a capacidade de o Estado transformar o exercício da violência homicida em organogramas e mero cumprimento de metas.

O julgamento legitimou a grande vitória sionista que fora a criação do Estado de Israel, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, com objetivo de evitar um novo Holocausto, como o perpetrado pelo líder da Alemanha nazista, Adolph Hitler, na Segunda Guerra Mundial. Entretanto, os palestinos (de maioria muçulmana), que já viviam no atual território de Israel, não aceitaram a hegemonia judaica. Desde então, conflitos e guerras inviabilizaram a criação de um Estado palestino.

O radicalismo político e religioso de ambas as partes inviabilizou todos os acordos. No atual conflito em Gaza, o ataque terrorista do Hamas, inimaginável e inaceitável, não justifica o que ocorre em termos humanitários em Gaza, onde a população civil está sem água, energia elétrica, combustível, alimentos e remédios, forçada ao êxodo por bombardeios indiscriminados do Exército israelense.

O pior é que essa crise desperta o antissemitismo em quase todos os lugares. No caso do Brasil, árabes e judeus se integraram à vida nacional e convivem em harmonia, traduzem sua cultura para a nossa realidade (veja o Arranco de Varsóvia!), sem chauvinismo nem perda de identidade. É uma conquista civilizatória à qual não devemos nunca renunciar.